

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.205 - SC (2019/0148395-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : POSTO DE COMBUSTÍVEIS SINAL VERDE LTDA
ADVOGADOS : THIAGO DE OLIVEIRA VARGAS - SC024017
FABRÍCIO KIRCHNER CAOBIANCO - SC026155
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AUSÊNCIA DE AFIRMAÇÃO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, DA EXISTÊNCIA DE DEPÓSITO INTEGRAL DO MONTANTE EXECUTADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 9º, 11 E 14 DO DECRETO-LEI 9.760/46. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE, NO CASO. DISPOSITIVOS DE LEI QUE NÃO POSSUEM COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE INFIRMAR A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem negou provimento a Agravo de Instrumento, interposto pela ora agravante, contra decisão que rejeitara exceção de pré-executividade, na qual pleiteava fosse declarada extinta Execução Fiscal, ajuizada pela parte agravada. Na referida Execução Fiscal, a Fazenda Nacional, agravada, busca a cobrança de valores devidos a título de Taxa de Ocupação de terreno de marinha.

III. Quanto à alegada ofensa aos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional e 803 do CPC/2015, nos termos em que a causa fora decidida, não é possível concluir que, no caso concreto, foi realizado o depósito integral do débito, nos termos do art. 151 do CTN, ou que a não suspensão da exigibilidade do valor executado deu-se pela suposta ausência de comunicação, à autoridade responsável, do depósito efetuado. Nesse contexto, o acolhimento das alegações da parte agravante – no sentido de que "(i) houve o reconhecimento da situação fática de demonstração do depósito pela Recorrente, outrora Agravante; (ii) houve o reconhecimento da situação fática de inexistência de impugnação pela União acerca da integralidade do mesmo; (iii) o motivo pela não aceitação do depósito como condição à suspensão da exigibilidade assentou na 'ausência de comunicação do mesmo à autoridade responsável'" – somente poderia ser realizado mediante o reexame dos aspectos fáticos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte.

IV. Não tendo o acórdão hostilizado expandido juízo de valor sobre os arts. 9º, 11 e 14 do Decreto-lei 9.760/46, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

V. Para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

VI. Na forma da jurisprudência do STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

VII. Consoante se depreende dos autos, o acórdão recorrido não expendeu juízo de valor sobre os arts. 9º, 11 e 14 do Decreto-lei 9.760/46, invocados na petição do Recurso Especial, nem a parte ora agravante opôs os cabíveis Embargos de Declaração, nem suscitou, perante o Tribunal de origem, qualquer nulidade do acórdão recorrido, por suposta ausência da devida fundamentação do julgado, não se alegando, no Especial, ademais, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual impossível aplicar-se, no caso, o art. 1.025 do CPC vigente.

VIII. Ainda que fosse possível superar tal óbice, os arts. 9º, 11 e 14 do Decreto-lei 9.760/46 não possuem comando normativo capaz de infirmar a conclusão do acórdão recorrido, no sentido de que, "no processo nº 50244337120144047201, que transitou em julgado na data de 25.04.2017, foi reconhecida a ocorrência da prescrição para a discussão do processo demarcatório ocorrido no ano de 1990. A partir de tal decisão, não é possível retomar tal discussão, devendo prevalecer a decisão que reconheceu a prescrição, sob pena de violação à coisa julgada". Desta forma, é o caso de incidência do óbice previsto na Súmula 284/STF.

IX. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade,

Superior Tribunal de Justiça

negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

